



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020.

INFORMAÇÕES GERAIS.

Nome da Entidade: Câmara de Vereadores do Município de São José da Coroa Grande /PE.
CNPJ: 08.114.092/0001/42
Natureza Jurídica da Entidade: 106 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principal Atividade da Entidade: 84.11.6-00 – Administração Pública em Geral
Domicílio da Entidade: Praça Constantino Gomes, S/N, centro, São José da Coroa Grande/PE CEP 55565-000 – Telefone: 081.3688.1794
Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade: A Câmara Municipal de São José da Coroa Grande possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 Órgão Público do Poder Legislativo, sendo sua atividade classificada como: Administração Pública em Geral.
Dados do Presidente Humberto José dos Santos Período de Gestão: 01/01/19 a 31/12/2020
Dados do Contador: Nome: Amaro José da Silva CRC/PE. 15.106/O-6 Email: amaro22864@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público. A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de São José da Coroa Grande , compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, apresenta adequadamente a



posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:

Estes demonstrativos contábeis foram elaborados em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades.



Estrutura a Legislação e as Normas de Contabilidade ao Setor Público

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e

Extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Base de Mensurações Utilizadas:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.

Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****Resultados das Receitas Orçamentárias:**

A receita orçamentária da entidade, é composta dos valores repassados a título de duodécimo, conforme determina o artigo 29-A da Constituição Federal.

Resultado da Despesa Orçamentária:

A dotação inicial totaliza R\$ 2.700.000,00 e o total da dotação atualizada permaneceu a mesma R\$ 2.700.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 2.138.908,99, o liquidado R\$ 2.138.908,99 e o pago R\$2.138.908,99. A economia orçamentária foi de R\$ 561.091,01 (calculada através da diferença da dotação atualizada e o valor empenhado). O coeficiente de execução orçamentária foi de 79,22%.

Resultado da Execução Orçamentária:

Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas R\$ 2.137.607,99, menos as despesas empenhadas R\$ 2.138.908,99 houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 561.091,01. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. E que recebemos R\$ 2.137.607,99 do Poder Executivo a título de Transferências Financeiras.

Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Não Processados.

Não há nenhum registro contábil de Restos a Pagar não Processados



Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados. Não há nenhum registro contábil de restos pagar processados .
Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados Liquidados Não ficou saldo de restos a pagar não processados liquidados no exercício.
Utilização de superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou extraordinários. Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.
Despesa Executada por tipo de Crédito (inicial, suplementar, especial ou extraordinário) Das dotações orçamentárias iniciais e créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 2.138.908,99. Não foram abertos créditos especiais e extraordinários
Atualização Monetária autorizado por lei e após a publicação da LOA Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos Contingentes e compromissos contratual não reconhecidos. Não se aplica a este demonstrativo
Divulgações não financeira. Não se aplica a este demonstrativo.
Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

Reconhecimento das Retenções

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

BALANÇO FINANCEIRO**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.****Transferências Financeiras Recebidas.**

Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2020, totalizaram R\$ 2.137.607,99, sendo estas derivadas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.

Ingressos Extra Orçamentários.

Os ingressos extra orçamentários totalizam R\$ 490.178,58, sendo compostos pelas as contas Consignações.

Saldo Bancário Anterior:

O saldo disponível em 31/12/2019 foi de R\$ 1.611,09

Despesa Orçamentária:

A despesa orçamentária no exercício foi de R\$ 2.138.908,99

Transferências Financeiras Concedidas.

Não houve transferência concedida no exercício de 2020

Desembolsos Extra Orçamentários.

Os desembolsos extra orçamentários totalizaram R\$ 490.178,58, correspondente a consignações (IRRF, INSS, RGPS, ISS, pensão alimentícia, contribuição sindical e empréstimos consignados)

**Saldo Bancário para o Exercício Seguinte.**

O saldo disponível em 31/12/2020 foi de R\$ 310,09

Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos.

Não se aplica ao Poder Legislativo.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.**Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo

Divulgações não Financeiras.

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

BALANÇO PATRIMONIAL**RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS****Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.



Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas.

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2020 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciable seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP. Os valores intraorçamentários foram considerados neste demonstrativo.

Novas normas e políticas contábeis alteradas.



No exercício de 2020 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ativo Circulante.

O saldo do Ativo Circulante deixado na conta caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional em 31/12/2020 somam R\$ 310,09 e no exercício de 2019 que foi de R\$ 1.627,67

Estoque/Almoxarifado.

Não há registro de Estoque/Almoxarifado.

Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não houve registro de créditos a curto e longo prazo.

Ativo Realizável a Longo Prazo.

Não há registro de créditos a longo prazo.

Imobilizado

O valor do imobilizado ao final do exercício de 2019 totalizou R\$ 201.019,90 e no exercício de 2020 passou a ser R\$ 204.487,90, onde houve a incorporação de novos ativos imobilizados de bens móveis e imóveis no valor de R\$ 3.468,00. Finalizando o



<p>saldo final no exercício de 2020 em R\$ 204.487,90. Sendo em bens móveis R\$ 146.189,41, e em bens imóveis, R\$ 58.298,49</p>
<p>Intangível. Não existe registro de Ativos Intangíveis</p>
<p>Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo. Não Houve registros de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no exercício de 2020.</p>
<p>Demais Obrigações a Curto Prazo. Foi registrado obrigações a curto prazo no valor de R\$ 321.885,25.</p>
<p>Saldo Patrimonial. O saldo patrimonial ao final do exercício de 2020 totalizou um superávit de R\$ 2.087,00. Totalizando R\$ -399.101,12, quando somado ao saldo anterior de R\$ -- 401.251,54 e ajuste no exercício de R\$ 63,00</p>
<p>Demais Elementos Patrimoniais. Não houve registros nos atos potenciais ativos e passivos</p>

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p>
<p>Divulgações não financeiras. Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.</p>
<p>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.</p>



Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos



a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas.

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2020 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciable/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Novas normas e políticas contábeis alteradas.

No exercício de 2019 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Modelo de Elaboração do Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP.

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05.

Redução ao valor recuperável do Ativo Imobilizado.

Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Baixas de Investimento.

Não houve registro de baixas de investimentos

Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 3.468,00, referente aquisição de bens móveis e imóveis. Não houve desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

Variações Patrimoniais Aumentativas.

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2020 totalizaram R\$ 2.137.607,99

Variações Patrimoniais Diminutivas.

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2020 totalizaram R\$ 2.135.520,99

Resultado econômico (patrimonial) do exercício.

O resultado patrimonial do exercício de 2020 foi de R\$ 2.087,00

Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF).

Não houve alienação de bens durante o exercício de 2020.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não Financeiras.

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.



Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas.

A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Fluxos de Caixa. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP 16.6

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as Fluxos de Caixa.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

O valor dos ingressos totaliza R\$ 2.630.071,71, enquanto os desembolsos foram de R\$ 2.627.904,71, logo, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 2.167,00, (proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos).

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.

O valor dos ingressos das atividades de Investimentos foi de R\$ -3.468,00

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.

Não houve ingressos das atividades de financiamentos da entidade.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.

O valor do caixa e equivalente de caixa vindo do exercício de 2019 foi de R\$ 1.611,09. Ao final do exercício de 2020 o valor do caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 310,09.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não Financeiras.

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.



Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

Reconhecimento das Retenções.

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a Dívida Flutuante do Poder Legislativo que são os compromissos prontos para pagamento, ou seja, que independem de autorização orçamentária para serem realizados, que foi contraída, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às



momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende: I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II - os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); III - os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública, por exemplo); IV - os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita destinadas a cobrir insuficiências de caixa ou tesouraria).

Bases de Mensurações Utilizadas.

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação das dívidas e dos valores consignados e dos restos a pagar inscritos no exercício.

Novas normas e políticas contábeis Alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Modelo de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante.

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05 e pela exigência da Resolução TC 110/2020. A dívida flutuante desta casa legislativa em 2019, era de R\$ 321.885,25. Em 2020, permaneceu em R\$. 321.885,25

Restos a Pagar Processados

Não houve inscrição de restos a pagar processados.

Restos a Pagar Não Processados



Não houve inscrição de restos a pagar não processados.

Depósitos e Consignações

O valor dos depósitos e consignações referente a retenção de INSS, IRRF, ISS e EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, veio um saldo de 2019 de R\$ 321.885,25. Em 2020, reteve durante o ano uma receita extra de R\$ 490.178,58 e despesa R\$ 490.178,58, ficando saldo devedor de anos anteriores de R\$ 321.885,25.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não Financeiras.

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

São José da coroa Grande, 06 de janeiro de 2020

Amaro José da Silva

Assessor Contábil

CT.CRC/PE.15.106